



Ex.º Senhor
Ministro das Obras Públicas, Transportes
e Comunicações

Assunto: Acessibilidades no Douro Sul

O conjunto dos dez Municípios do Vale do Douro Sul tem sido confrontado com dificuldades crescentes na afirmação do seu território, quando estão em causa processos de desenvolvimento cada vez mais exigentes e competitivos.

Para além dessas dificuldades, e ao contrário do que acontece com outros espaços do território nacional, acresce ainda a convicção de que nesta zona do país não se concretizaram no tempo adequado os investimentos públicos necessários.

Se em alguns domínios esses investimentos encontram agora finalmente o seu caminho - como na educação, na saúde com novo Hospital de Lamego, ou na via navegável - na rede rodoviária tardam ainda com graves consequências.

Esta conclusão é tão óbvia quanto há décadas não se constroem novas rodovias de proximidade em praticamente todos os concelhos que constituem o denominado Douro Sul, eliminando-se o efeito estruturante com o aparecimento de novas vias como a A24.

Impõe-se por isso:

- 1 - Reconhecer, nos termos do PRN 2000 e do PROT/Norte, a necessidade de execução da rede complementar, sem a qual se acentuarão ainda mais os desequilíbrios entre aglomerados situados sobre a rede fundamental e o restante espaço territorial.
- 2 - Reconhecer, mesmo perante diferentes visões sobre a utilidade de prosseguir o esforço de investimento público no país, que há investimentos que não foram concretizados, são decisivos para políticas de coesão territorial e social e, sendo de proximidade, se transformam neste momento em factores de crescimento da economia e do emprego.
- 3 - É por isso errada a ideia de que em termos de investimentos rodoviários está tudo realizado. No Douro Sul e no que diz respeito à rede complementar ainda nada foi feito.
- 4 - Depois de a região ter sido reconhecida como espaço cultural de relevo, com contributos económicos de significado no contexto nacional, importa igualmente relevar que esse desempenho só ganhará escala e níveis de competitividade adequados se forem reconhecidos aos concelhos do Sul do Douro idênticos níveis de qualidade infraestrutural, em particular ao nível das acessibilidades de outras áreas.
- 5 - O país também passa por uma região do Douro como destino turístico de excelência em Portugal; pela vocação exportadora do seu produto mais relevante; com fortes contributos para uma menor dependência energética; e com uma via navegável essencial para o fomento do desenvolvimento do Vale do Douro numa articulação estreita com as redes ferroviárias e rodoviárias.
- 6 - Tudo isso acontece e se reforçará com os Municípios situados a sul, que todavia apresentam dos mais baixos índices do poder de compra e das maiores perdas demográficas, o que deve merecer a reparação devida no que diz respeito à modernização das suas infra-estruturas rodoviárias.



Importa, por isso, identificar as prioridades neste domínio, de uma forma geral expressas nas opções do PRN 2000, considerando-as tecnicamente válidas, globalmente respeitando as necessidades dos municípios do Sul do Douro e objecto de uma opção clara do Governo da República na sua concretização, como são:

- O IC 26 - que garante a ligação de Lamego, Tarouca, Moimenta da Beira, Sernancelhe e Penedono à A24 e ao IP2.
- A ligação à cota alta, alternativa à EN222, de S. João da Pesqueira, Tabuaço e Armamar, à A24 no nó de Valdigem, incluindo a ligação do nó de Barcos, em Tabuaço, ao IC 26 em Moimenta da Beira.
- O troço Cinfães - Marco da EN211 na ligação à A4.
- A EN 222-2, servindo Resende e ligando à A24 e à A4, com intersecção na Ponte da Ermida e servindo também Baião.

Como se depreende do exposto, retirando o investimento feito na agora denominada A24, e ao contrário do que aconteceu em muitos outros pontos do país, no Sul do Douro toda a rede complementar prevista está por fazer, prejudicando a região, limitando os efeitos de outros investimentos já realizados, assumindo-se como um factor de menor competitividade e de exclusão territorial, patente como se referiu nos seus índices de desenvolvimento social e económico.

Solicita-se, por isso, ao Governo da República, na pessoa do Sr. Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações:

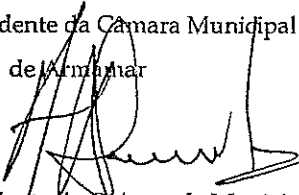
1. - Que a execução da rede rodoviária complementar no Douro Sul seja considerada como necessária e prioritária e contemplada em próximos planos de investimento.

2. - Que seja constituída uma comissão mista de acompanhamento, com representantes do Ministério, da Associação de Municípios e das Estradas de Portugal, que numa primeira fase avalie a situação dos investimentos em causa, os seus contextos tecnico-financeiros, a sua calendarização e, sequentemente, acompanhe a execução das acções e promova a informação sobre as suas evoluções.

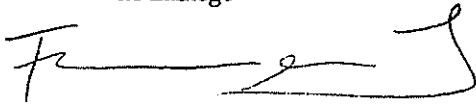
Certos da atenção de V. Ex.^a, com os melhores cumprimentos

Lamego, 2010-05-12

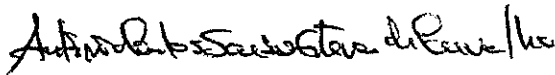
O Presidente da Câmara Municipal
de Armamar



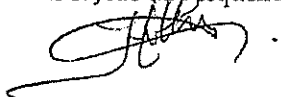
O Presidente da Câmara Municipal
de Lamego



O Presidente da Câmara Municipal
de Penedono



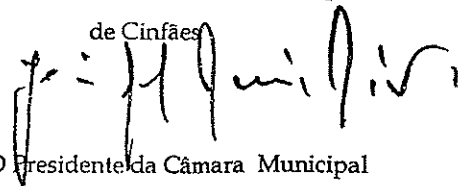
Presidente da Câmara Municipal
de S. João da Pesqueira



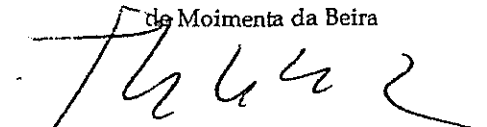
O Presidente da Câmara Municipal
de Tabuaço



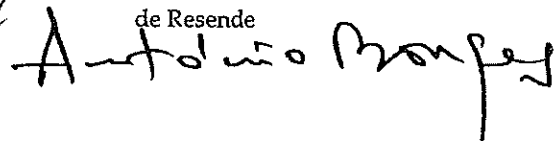
O Presidente da Câmara Municipal
de Cinfães



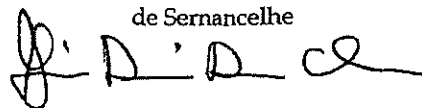
O Presidente da Câmara Municipal
de Moimenta da Beira



O Presidente da Câmara Municipal
de Resende



O Presidente da Câmara Municipal
de Sernancelhe



O Presidente da Câmara Municipal
de Tarouca

